

# **PROJETO DE LEI N.º 391, DE 2024**

(Da Sra. Sonize Barbosa)

Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre o passe livre para pessoas com deficiência no transporte aéreo doméstico de passageiros.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-1235/2015.

**APRECIAÇÃO:** 

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. SONIZE BARBOSA)

Altera a Lei nº 8.899, de 1994, para dispor sobre o passe livre para pessoas com deficiência no transporte aéreo doméstico de passageiros.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede "Passe Livre" às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual, garantindo passe livre para pessoas com deficiência e que também tenham a condição de baixa renda comprovada no sistema do governo federal, em voos domésticos do sistema de transporte aéreo brasileiro.

Art. 2º O Art. 1º da Lei nº 8.899, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1°	Ε	concedido	pass	se l	livre	às	pessoas	com	deficiên	cia,
comprovadamente de baixa renda, no sistema de transporte terrestre										
coletiv	o I	nterestadual,	е	em	V00	s d	lomésticos	do	sistema	de
transporte aéreo brasileiro, nos termos desta Lei.										

Art. 3º Para ter direito ao benefício, a pessoa com deficiência deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Laudo médico que comprove a deficiência e a impossibilidade de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

II - Documento de identidade;



- III Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo nacional.
  - Art. 4º A gratuidade será concedida para:
- I um acompanhante de pessoa com deficiência que necessite de assistência durante o voo;
  - II cão-guia devidamente identificado.
- Art. 5º As companhias aéreas deverão reservar, em cada voo, no mínimo, 2% dos assentos para pessoas com deficiência e seus acompanhantes.
- Art. 6º As companhias aéreas que descumprirem o disposto nesta Lei serão multadas em valor equivalente a:
  - I R\$ 1.000,00 (mil reais) por assento não reservado;
- ${\rm II}$  R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) pela recusa de embarque a pessoa com deficiência ou seu acompanhante.
- Art. 7º O passe livre interestadual será válido para viagens em todos os tipos de transporte coletivo interestadual, incluindo ônibus, trens e barcos.
- Art. 8º O passe livre em voos domésticos será válido para viagens em todas as companhias aéreas brasileiras, em voos de classe econômica.
- Art. 9º A regulamentação desta Lei será feita pelo Poder Executivo Federal, no prazo de 90 dias.
  - Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A presente proposta de Lei visa garantir a gratuidade em voos domésticos para pessoas com deficiência, assegurando-lhes o direito à locomoção e à inclusão social.

O acesso ao transporte aéreo é essencial para a integração social das pessoas com deficiência, pois lhes permite participar de atividades de lazer, trabalho, estudo e outras que se deem em diferentes cidades do país.





A gratuidade do transporte aéreo para pessoas com deficiência é uma medida de justiça social, que visa promover a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou mentais.

A presente proposta de Lei está em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que reconhece o direito à igualdade de oportunidades e à participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade.

#### Considerando:

- A necessidade de garantir o direito à locomoção e à inclusão social das pessoas com deficiência;
- As dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência de baixa renda para arcar com os custos do transporte interestadual e aéreo;
- A importância do acesso à educação, saúde, trabalho, lazer e outros serviços essenciais para a qualidade de vida das pessoas com deficiência;

Ademais, a legislação brasileira garante o passe livre para pessoas com deficiência em transporte interestadual terrestre. No entanto, essa importante medida ainda não se aplica ao transporte aéreo, o que limita significativamente a mobilidade e o acesso a oportunidades de pessoas com deficiência em todo o território nacional.

Essa iniciativa representa um passo crucial para garantir a igualdade de oportunidades e a inclusão social dessa parcela da população, que historicamente enfrenta diversas barreiras no exercício de seus direitos.

Diante de todo o exposto, conclamo aos senhores deputados a unirem-se a esta causa justa e aprovarem a lei de passe livre de transporte aéreo para pessoas com deficiência. Essa iniciativa representa um marco histórico na luta por uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputada SONIZE BARBOSA





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

 LEI N° 8.899, DE 29 DE JUNHO
 https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199406-29;8899

 DE 1994
 29;8899

### **FIM DO DOCUMENTO**